

Editorial

O lançamento desta edição da Revista Jurídica do CESA-ESMP será feito ainda durante a pandemia do coronavírus (COVID -19) que assola o planeta e que causou a morte de milhões de pessoas, dentre as quais alguns membros e servidores do Ministério Público do Tocantins.

Resgatar a memória dos Promotores de Justiça, José Kasuo Otsuka e Lucídio Bandeira Dourado e dos servidores, HerberRicardo da Cruz Almeida, João Aires Martins e José Pereira de Oliveira e reafirmar a solidariedade para com seus familiares, amigos e colegas significa compartilhar a dor da perda, a tristeza da separação, mas, também, a força e o dever institucional de seguir adiante na missão de, no caso do CESA-ESMP, promover instâncias de ensino com ênfase no aprimoramento funcional.

Comemoramos mais um passo importante na consolidação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPTO, agora Escola Superior credenciada junto ao Conselho Estadual de Educação, com sua primeira Pós-Graduação em execução.. Nesta nova etapa da nossa Escola, novos desafios são colocados para a Revista Jurídica, dentre os quais o de buscar mais interação institucional e exogenia dos textos, o que ensinará múltiplas visões sobre os mais diversos temas, em consonância com as diretrizes que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) estabelece como caminho a ser trilhado rumo ao futuro.

Nesta edição, trouxemos artigos de temáticas atuais ao Ministério Público e ao meio jurídico. Sobre os sempre polêmicos temas de controle pelo Ministério Público de políticas públicas e da correta aplicação dos recursos públicos, os textos:

“Breves considerações sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a atuação do Ministério Público” trata sobre as diversas obrigações estabelecidas para o poder público, o setor empresarial e a coletividade, bem como o papel do Ministério Público no cumprimento das diretrizes a serem adotadas na gestão dos referidos resíduos sólidos urbanos;

“Contratação de artistas por inexibibilidade de licitação: cautelas e pressupostos legais” enfatiza a importância de se conhecer, em profundidade, os requisitos e pressupostos legais e constitucionais que permitem a contratação direta de artistas, mediante processo de inexigibilidade de licitação, a par do ineditismo traz indicações práticas e reflexões que continuam atuais a uma questão de máximo interesse público e presente na gestão pública.

“Efetividade da tutela jurídica do idoso e a responsabilidade civil do estado” analisa os direitos essenciais dos idosos e a possível reparação do Estado, em sede de responsabilidade, nos casos de ilícito civil pela prestação inefetiva, ou ainda pela omissão da prestação dos serviços públicos.

Sobre as grandes transformações promovidas na sociedade pela Revolução Tecnológica que atinge também as relações jurídicas e concepções de direitos os textos:

“Análise do conflito entre a privacidade do falecido e a sucessão dos herdeiros na herança digital” verifica a viabilidade de transferência dos bens acumulados em rede, integrantes da herança digital, aos herdeiros, destacando a deficiência dos projetos legislativos relacionados ao tema, assim como o carecimento da legislação vigente para a solução da controvérsia a respeito do embate entre o direito sucessório e o direito à privacidade.

“O impacto dos marketplaces digitais na responsabilidade civil” analisa os tipos de responsabilidade civil que são adotados nos ambientes digitais de comércio, os limites das responsabilizações diante de situações de danos sofridos entre as partes envolvidas e como são realizadas as materializações de provas nesses ambientes. Há também artigo “Avaliação da atuação do CNJ na última década”, que discorre sobre o amadurecimento do CNJ como um órgão de controle sobre a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário a partir da leitura e análise do Plano estratégico Institucional e planos de metas estabelecidos.

Na seara penal, “Reflexões sobre o processo penal contemporâneo: verdade real versus verdade processual” aborda o processo penal contemporâneo, investigando a relação entre *verdade real e verdade processual*, dando enfoque à figura dos sujeitos processuais, com ênfase nos sujeitos principais (acusador, defensor e magistrado) e ao papel deles em âmbito processual penal.

Por fim, a temática da pandemia da Covid-19 e suas consequências jurídicas é abordada no artigo “A Revisão Geral anual do subsídio de vereadores como direito constitucional na apreciação dos Tribunais de Contas”, que analisa os diferentes entendimentos constitucionais sobre os reajustes dos subsídios dos agentes políticos municipais e no texto “Atuação do Ministério Público na defesa da saúde durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19)” que analisa a importância da atuação do Ministério Público do estado do Tocantins na defesa da saúde durante a pandemia do novo coronavírus para o estado.

Assim a Revista promove o debate de ideias e a reflexão sobre os problemas enfrentados na atuação institucional e para a sociedade, ratificando-se como um veículo democrático de difusão

do conhecimento e de entendimento de fenômenos jurídicos-sociais.

A publicação deste número coincide com a finalização de mais um ano de trabalho durante o período pandêmico, em que persistem os desafios de cumprimento da missão institucional, devido ao distanciamento social e comunicação virtual, mas também marcado pelo comprometimento dos autores, integrantes do Conselho Editorial e de todos os parceiros que se debruçaram para a realização da presente publicação. Agradecimento ao árduo trabalho de todos que possibilitaram esta publicação.

Cynthia Assis de Paula

Promotora de Justiça

Diretora-Geral do Cesaf-ESMP